

Município de Lajes das Flores

Anúncio n.º 154/2019 de 3 de junho de 2019

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Câmara Municipal de Lajes das Flores

Serviço/órgão/pessoa de contato

Luís Carlos Martins Maciel

Endereço (*)

Avenida do emigrante n.º4

Código postal (*)

9960-431

Localidade (*)

Lajes das Flores

Telefone (00351)

290590800

Fax (00351)

292590826

Endereço eletrónico (*)

geral@cmlçajesda Flores.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Empreitada de Manutenção e Reforço do Sistema Público de Abastecimento de água

Descrição sucinta do objeto do contrato

Empreitada de Manutenção e Reforço do Sistema Público de Abastecimento de água

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja "Outro", indique qual:.

Classificação CPV (1) (*)

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até:.

ou - por:.. meses ou. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*) não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Designação do lote (*)

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Classificação CPV (2) (*)

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Lajes das Flores

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 15 meses

8 - Documentos de habilitação

a) Declarações do anexo II ao CCP (Anexo III-A ao presente programa do procedimento, do qual faz parte integrante) e do anexo III do DLR nº 27/2015/A, de 29/12 (Anexo III-B do presente programa do procedimento); b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do CCP. 2. A habilitação, designadamente a titularidade de alvará e certificado de empreiteiro de obras públicas, bem como o modo de apresentação desses documentos, obedece às regras e termos definidos na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, nomeadamente considerando-se o estabelecido nos números seguintes. 3. Nos termos previstos no nº 2 artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, no seguintes termos: a) A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e integra-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra; b) A 4.ª e 5.ª subcategoria da 1.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite; c) A 1.ª e 6.ª subcategorias da 2.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite; d) A 2.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª da subcategorias da 5.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite. 4. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes. 5. A titularidade dos alvarás e certificados referidos no número anterior é confirmada pela entidade

adjudicante mediante consulta à base de dados de empresas de construção do IMPIC, I. P. 6. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do certificado referidos nos números anteriores deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração emitida pelo IMPIC, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Serviços administrativos da câmara municipal

Endereço desse serviço (*)

Avenida do emigrante n.º4

Código postal (*)

9960-431

Localidade (*)

Lajes das flores

Telefone (00351)

292590800

Fax (00351)

292590826

Endereço eletrónico (*)

geral@cmlajesdasflores.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

www.anogov.pt

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfatores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Todas as propostas serão pontuadas entre 0,0 e 20 valores, em que a pontuação de 0,0 valores corresponde a um preço da proposta (Preço base) e em que a pontuação de 20 valores corresponde ao preço da proposta de "Zero"

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Câmara Municipal de Lajes das Flores

Endereço (*)

Avenida Do Emigrante N.º 4

Código postal (*)

9960-431

Localidade (*)

Lajes das Flores

Telefone (00351)

292590800

Fax (00351)

292590826

Endereço eletrónico (*)

geral@cmlajesdasflores.pt

Prazo de interposição do recurso:

. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

31/05/2019

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? sim (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? sim não (*)

18 - Outras informações

As propostas e documentos que as acompanham pode(m) ser entregue(s) diretamente na plataforma eletrónica até às 23:59 do 30 dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (JORAA), aplicável por força do disposto no art. 27º/1 do DLR nº 27 /2015/A, de 29/12 – sendo que, concomitantemente, se fará igual publicação do anúncio no Diário da República, envio esse que ocorrerá em simultâneo para ambos (JO e DR), porém contando-se o prazo de apresentação de propostas apenas a partir da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (JORAA).

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Luís Carlos Martins Maciel

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de

novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.